



# **O Impacto da Corrupção no Empreendedorismo**

Mestrado em Empreendedorismo e Inovação

Adriano Galante de Andrade

Leiria, março de 2024



# **O Impacto da Corrupção no Empreendedorismo**

Mestrado em Empreendedorismo e Inovação

Adriano Galante de Andrade

Dissertação realizada sob a orientação do Professor Doutor Nuno Manuel Rosa dos Reis e do Professor Doutor João Neves de Carvalho Santos

Leiria, março de 2024

# **Originalidade e Direitos de Autor**

A presente dissertação é original, elaborada unicamente para este fim, tendo sido devidamente citados todos os autores cujos estudos e publicações contribuíram para a elaborar.

Reproduções parciais deste documento serão autorizadas na condição de que seja mencionado o Autor e feita referência ao ciclo de estudos no âmbito do qual a mesma foi realizada, a saber, Curso de Mestrado em Empreendedorismo e Inovação, no ano letivo 2023/2024, da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria, Portugal, e, bem assim, à data das provas públicas que visaram a avaliação deste trabalho.

# **Dedicatória**

Às pessoas de espírito empreendedor.

# **Agradecimentos**

Primeiramente à Deus pela oportunidade da vida, de ter saúde para trabalhar e alcançar meus objetivos, como a realização do Mestrado cá em Portugal; aos meus pais que, embora estejam no Brasil, me apoiaram nesta nova jornada em Portugal; à minha esposa, e a minha sogra, que me incentivaram a continuar a estudar e cursar este Mestrado de Empreendedorismo e Inovação; e aos Senhores Professores Doutores, Nuno Reis e João Santos, que estiveram presentes para me auxiliar durante toda etapa de elaboração, até a conclusão deste trabalho.

# Resumo

A literatura aborda a relação entre níveis de corrupção e empreendedorismo nos países. Considera-se como Grande Corrupção aquela que ocorre a nível governamental, e a Pequena Corrupção aquela a nível individual. Dentre as teorias científicas pode-se identificar que a corrupção pode ser tanto benéfica (“lubrificante nas engrenagens”) quanto prejudicial (“areia nas engrenagens”) para os níveis de empreendedorismo. O objetivo deste estudo foi identificar a relação entre os níveis de corrupção e empreendedorismo nos países. Dados de 127 países foram coletados abrangendo o período entre 2006 e 2022. Foram coletados os dados do projeto *Entrepreneurship Database* do *The World Bank*, que possui um indicador para medir a densidade de novos negócios e níveis de empreendedorismo, e confrontados com os dados do *Corruption Perceptions Index* (CPI). As variáveis de controlo consideradas foram níveis de educação, produto interno bruto, comércio, taxa de desemprego, procedimentos e tempo para iniciar uma nova empresa. Para analisar a correlação entre as variáveis foram realizadas análises descritivas e análise de regressão linear múltipla. Os testes das hipóteses permitiram identificar que, tanto a Grande Corrupção quanto a Pequena Corrupção tem impactos negativos na taxa de empreendedorismo. Estes achados permitem contribuir com outras pesquisas, e pode ser utilizado por empreendedores que pretendam iniciar um novo negócio em algum dos países analisados nesse estudo.

**Palavras-chave:** “Empreendedorismo”, “Corrupção”, “Grande Corrupção”, “Pequena Corrupção”.

# Abstract

The literature addresses the relationship between levels of corruption and entrepreneurship in countries. Grand corruption is considered to occur at the governmental level, and Petty corruption is considered to occur at the individual level. Among scientific theories, corruption can be both beneficial (“grease in the wheels”) and harmful (“sand in the wheels”) for entrepreneurship. The objective of this study was to identify the relationship between levels of corruption and entrepreneurship in countries. Data from 127 countries were collected covering the period between 2006 and 2022. The data were collected from The World Bank's Entrepreneurship Database project, which measures the density of new businesses and levels of entrepreneurship and is compared with data from the Corruption Perceptions Index (CPI). The control variables considered were education levels, gross domestic product, trade, unemployment rate, procedures and time to start a new company. To analyse the correlation between the variables, descriptive analyses and multiple linear regression analysis were performed. Hypothesis testing allowed us to identify that both Grand Corruption and Petty Corruption have negative impacts on the entrepreneurship rate. These findings allow us to contribute to other research and can be used by entrepreneurs who intend to start a new business in one of the countries analysed in this study.

**Keywords:** “Entrepreneurship”, “Corruption”, “Grand corruption”, “Petty corruption”

# Índice

|  |            |
|--|------------|
| <b>Originalidade e Direitos de Autor.....</b>                                  | <b>iii</b> |
| <b>Dedicatória.....</b>  | <b>iv</b>  |
| <b>Agradecimentos.....</b>   | <b>v</b>   |
| <b>Resumo.....</b>   | <b>vi</b>  |
| <b>Abstract.....</b>   | <b>vii</b> |
| <b>Lista de tabelas.....</b>   | <b>x</b>   |
| <b>Lista de siglas e acrónimos.....</b>  | <b>xi</b>  |
| <b>1. Introdução.....</b>  | <b>1</b>   |
| <b>2. Revisão de Literatura.....</b>   | <b>3</b>   |
| <b>2.1. Corrupção.....</b>   | <b>3</b>   |
| 2.1.1. Tipos de Corrupção.....   | 4          |
| 2.1.2. A Grande Corrupção.....   | 6          |
| 2.1.3. A Pequena Corrupção.....  | 8          |
| <b>2.2. Empreendedorismo.....</b>  | <b>10</b>  |
| 2.2.1. Tipos de Empreendedorismo.....  | 11         |
| <b>2.3. Relação entre Pequena e Grande Corrupção com Empreendedorismo.....</b> | <b>13</b>  |
| <b>3. Hipóteses.....</b>   | <b>16</b>  |
| <b>4. Método.....</b>  | <b>18</b>  |
| <b>4.1. Amostra.....</b>   | <b>18</b>  |
| <b>4.2. Variáveis.....</b>   | <b>18</b>  |
| 4.2.1. Variável Dependente.....  | 18         |
| 4.2.2. Variáveis Independentes.....  | 19         |
| 4.2.3. Variáveis de Controlo.....  | 19         |
| 4.2.4. Resumo das Variáveis.....   | 21         |
| <b>4.3. Procedimento.....</b>  | <b>21</b>  |
| <b>5. Resultados.....</b>  | <b>23</b>  |
| <b>5.1. Estatísticas descritivas.....</b>                                      | <b>23</b>  |
| <b>5.2. Análise das correlações.....</b>                                       | <b>24</b>  |
| <b>5.3. Testes de Hipóteses.....</b>   | <b>26</b>  |

|   |           |
|---|-----------|
| <b>6. Discussão .....</b>                                   | <b>28</b> |
| <b>6.1. Contributo .....</b>                                | <b>29</b> |
| <b>6.2. Contribuições para a prática .....</b>              | <b>29</b> |
| <b>6.3. Limitações e sugestões de pesquisa futura .....</b> | <b>29</b> |
| <b>7. Conclusão .....</b>                                   | <b>31</b> |
| <b>Referências Bibliográficas .....</b>                     | <b>32</b> |
| <b>Anexos.....</b>  | <b>39</b> |

## Lista de tabelas

|   |    |
|---|----|
| Tabela 1: Resumo das Variáveis .....            | 21 |
| Tabela 2: Variance Inflation Factors (VIF)..... | 22 |
| Tabela 3: Estatística Descritiva.....           | 23 |
| Tabela 4: Correlações das Variáveis .....       | 25 |
| Tabela 5: Resultado da Regressão.....           | 26 |

## Lista de siglas e acrónimos

|      |  |
|------|--|
| APS  | Adult Population Survey                            |
| CPI  | Corruption Perceptions Index                       |
| ESTG | Escola Superior de Tecnologia e Gestão             |
| GDP  | Gross Domestic Product (PIB Produto Interno Bruto) |
| GEM  | Global Entrepreneurship Monitor                    |
| LLC  | Limited Liability Companies                        |
| MRLM | Modelo de Regressão Linear Múltipla                |
| NBDR | New Business Density Rate                          |
| NES  | National Expert Survey                             |
| VIF  | Variance Inflation Factors                         |
| WGI  | Worldwide Governance Indicators                    |



# 1. Introdução

Estudos indicam a existência de uma relação tanto positiva (“lubrificante nas engrenagens”) como negativa (“areia nas engrenagens”) nos níveis de empreendedorismo (Méon & Weill, 2010). Contudo essa relação é permeada por diversos fatores e tem sido amplamente estudada para melhor compreender essa dinâmica. A corrupção, enquanto fenômeno multifacetado, exerce influência adversa sobre o ecossistema empreendedor, potencialmente desestimulando investimentos, distorcendo a dinâmica competitiva e erodindo a confiabilidade no contexto de mercado (Avnimelech & Zelekha, 2015).

Essa dissertação tem como objetivo compreender se a corrupção pode influenciar de forma positiva ou negativa o ambiente empreendedor. Embora haja um consenso de que a corrupção acarreta altos custos sociais (Avnimelech & Zelekha, 2015), é fundamental investigar de forma mais aprofundada como a corrupção pode atuar como um obstáculo, ou facilitador, ao empreendedorismo. Para tal foi realizada uma análise de dados publicados sobre a densidade de novos negócios e níveis de empreendedorismo, e o *Corruption Perceptions Index* (CPI) para 127 países entre os anos de 2006 e 2022.

Para entender melhor o impacto da corrupção, distinguimos entre Pequena e Grande Corrupção, sendo que a prática envolvendo suborno, extorsão ou favorecimento em transações cotidianas para obter serviços públicos ou evitar prejuízos está geralmente relacionado com a Pequena Corrupção, enquanto esquemas de corrupção em larga escala que afetam instituições governamentais, contratos públicos e políticas de alto nível, resultando em impactos significativos na sociedade e na economia, costumam estar relacionados à Grande Corrupção (Méon & Weill, 2010).

Dessa forma, esta dissertação permite contribuir para o conhecimento existente, ao ajudar a compreender se o impacto da corrupção pode ou não ser benéfico no empreendedorismo, servindo como base de pesquisa por empreendedores ou por outros autores que buscam discutir estratégias para reduzir a corrupção, enfatizando o papel da boa governação e de instituições sólidas no combate às práticas corruptas (Ceschel et al., 2022).

A presente dissertação está dividida em 7 capítulos. No primeiro capítulo apresenta-se uma breve explicação sobre a escolha do tema e as questões de investigação que se

pretende responder. No segundo capítulo encontra-se a revisão de literatura sobre a corrupção, o empreendedorismo e os resultados dos estudos literários para a relação entre estas duas variáveis. No terceiro capítulo são apresentadas as hipóteses de investigação. Já o quarto capítulo é apresentado o método, que é composto pela amostra e pelas variáveis. No quinto capítulo estão os resultados das estatísticas, análises das correlações e testes das hipóteses. O sexto capítulo apresenta-se a discussão, o contributo e as contribuições para a prática, bem como as limitações e sugestões de pesquisas futuras. O último capítulo contém as conclusões desse trabalho.

## 2. Revisão de Literatura

### 2.1. Corrupção

A corrupção, um fenômeno global complexo e persistente, que está presente em grande parte das sociedades, pode ser entendida como o abuso de poder para ganho pessoal, muitas vezes em desrespeito às normas e leis estabelecidas (Torsello & Venard, 2016), e passou a ganhar destaque nos últimos anos, sendo agora mais profundamente investigada.

De maneira geral, a corrupção assume diversas formas e tem impactos significativos na economia e na sociedade, sendo mais comum em ambientes político e econômico, ética profissional, hábitos culturais e demográficos (Saha & Sen, 2023), e embora seus efeitos na economia e sociedade sejam amplamente estudados, ainda não foram totalmente compreendidos. Mesmo assim, muitos autores entendem que o alto grau de corrupção impacta negativamente a confiança na lei, educação e qualidade de vida, incluindo acesso a infraestrutura e cuidados de saúde, prejudicando o crescimento econômico, afetando operações comerciais, emprego e investimentos, além de reduzir receitas fiscais e a eficácia de programas de assistência financeira (Šumah, 2018).

Além disso, existem outras definições de corrupção baseadas em diferentes perspectivas teóricas, tais como teorias jurídicas, econômicas e políticas, e ramificações de estudo que focam no contexto da interação entre empresas e governo, o que sublinha a complexidade da compreensão da corrupção e a necessidade de considerar múltiplos pontos de vista ao abordar esta questão.

Roberto Martin N. Galang explora a corrupção governamental, fornecendo uma perspectiva diferenciada sobre a dinâmica da corrupção no cenário corporativo (Galang, 2012), por outro lado, há autores que discutem estratégias do sector público para reduzir a corrupção, enfatizando o papel da boa governação e de instituições sólidas no combate às práticas corruptas (Ceschel et al., 2022), lançando assim, foco sobre as influências que moldam a corrupção em diferentes contextos nacionais (Glova et al., 2020).

Os efeitos da corrupção vão além do governo nacional e/ou federal, e alguns autores defendem que a corrupção regional subnacional tem efeitos predominantemente negativos na atividade empresarial nas economias emergentes, como a redução marginal do

crescimento económico, além do facto que, a escassez de recursos e a dinâmica de poder contribuem para a perpetuação da corrupção à medida que os indivíduos na posse de bens económicos procuram corromper aqueles que detêm o poder para ganho pessoal (Bertrand et al., 2019).

Algumas instituições internacionais, há anos estão a desenvolver indicadores para mensurar o grau de corrupção nos países, como é o caso do *Corruption Perceptions Index* (CPI), compilado anualmente pela *Transparency International*, que classifica 180 países e territórios em todo o mundo pelos seus níveis percebidos de corrupção no setor público, pontuando numa escala de 0 (altamente corrupto) a 100 (muito limpo) (Transparency International, 2023c), sendo uma medida amplamente utilizada para avaliar os níveis percebidos de corrupção em diferentes países, e frequentemente utilizado em vários estudos para analisar o seu impacto em diferentes aspetos da sociedade e da economia.

Outro indicador conhecido é o *Worldwide Governance Indicators* (WGI), elaborado pelo *The World Bank*, e que apresenta seis indicadores agregados de governação para mais de 200 países e territórios (The World Bank, 2023b) servindo como uma ferramenta crucial para os decisores políticos, investigadores e organizações internacionais avaliarem e compararem o desempenho anticorrupção de diferentes países, contribuindo, em última análise, para a luta global contra a corrupção.

De todo modo, a corrupção geralmente é vista como uma forma de facilitador das transações e relações entre quem detém poder económico e quem detém poder decisório em detrimento da sociedade como um todo.

### **2.1.1. Tipos de Corrupção**

Na literatura é possível encontrar autores que abordam os temas de Corrupção Legislativa, Corrupção Privada, Pequena Corrupção e Grande Corrupção, mas, as definições de Corrupção Passiva e Corrupção Ativa são as mais conhecidas e comumente utilizadas, principalmente nos ordenamentos jurídicos dos países.

O código penal português, por exemplo, decreto-lei nº 48/1995, em sua 61ª versão, define, em seu artigo 373º, Corrupção Passiva como sendo “o funcionário que por si, ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, solicitar ou aceitar, para si ou

para terceiro, vantagem patrimonial ou não patrimonial, ou a sua promessa, para a prática de um qualquer acto ou omissão contrários aos deveres do cargo, ainda que anteriores àquela solicitação ou aceitação” (República Portuguesa, 2023).

Já a Corrupção Activa está definida no artigo 374º do mesmo código penal como sendo “quem, por si ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, der ou prometer a funcionário, ou a terceiro por indicação ou com conhecimento daquele, vantagem patrimonial ou não patrimonial com o fim indicado no artigo 373º”(República Portuguesa, 2023).

Outro exemplo é o do código penal brasileiro, decreto-lei 2.848/1940, em sua 6ª edição, que também prevê tais crimes, sendo a Corrupção Passiva, definida no artigo 317º, “solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem”, e a Corrupção Ativa, descrita no artigo 333º, “oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício” (Senado Federal, 2023).

Porém, em ambos os casos, por serem antigas, embora em versões atualizadas, tais leis preveem, em seu texto base, punições apenas para funcionários públicos, tendo sido necessária a criação de leis complementares para o enquadramento jurídico do crime de Corrupção Legislativa e Corrupção Privada.

A Corrupção Legislativa está ligada diretamente ao legislador, ao político, seja na influência do voto, através do recebimento de propina para aprovação de legislação que altere certas regras em benefício e interesse de determinados grupos, seja na compra de votos, onde o legislador tem como interesse a reeleição ou benefícios para o próprio partido, para que continue a se manter no poder (Miranda, 2018).

No caso da legislação portuguesa tal crime está previsto na Lei n.º 34/1987, em sua 8ª versão, que versa sobre os “crimes de responsabilidade dos titulares de cargos políticos”, e neste caso, além da Corrupção Activa, define também a Corrupção Passiva para Acto Ilícito, que é a “...prática de acto que implique violação dos deveres do seu cargo ou omissão de acto que tenha o dever de praticar...”, e a Corrupção Passiva para Acto Lícito, que é a “...prática de acto ou omissão de acto não contrários aos deveres do seu cargo e que caibam nas suas atribuições...”(República Portuguesa, 2021b).

Já a Corrupção Privada, embora ainda pouco estudada, está diretamente relacionada ao ambiente empresarial, sendo inúmeras as possibilidades e exemplos que possam ser dados, como espionagem industrial ou sabotagem de produtos, podendo envolver funcionários de empresa concorrente a subornar funcionários da empresa líder, e assim obter informações e benefícios de forma ilícita (Miranda, 2018).

Portugal também prevê um crime para esse tipo de corrupção, através da sua Lei n.º 20/2008, em sua 4ª versão, que “cria o novo regime penal de corrupção no comércio internacional e no sector privado” (República Portuguesa, 2021a), e define os crimes de Corrupção Passiva e Corrupção Activa onde o actor principal é o trabalhador no sector privado.

Em relação à Pequena e Grande Corrupção, a diferença está, principalmente, na escalada e no impacto das práticas corruptas. A Pequena Corrupção geralmente envolve suborno, extorsão ou favorecimento em transações cotidianas, como obter serviços públicos ou evitar prejuízos, sendo que a Grande Corrupção abrange esquemas de corrupção em larga escala que afetam instituições governamentais, contratos públicos e políticas de alto nível, resultando em impactos significativos na sociedade e na economia (Méon & Weill, 2010), porém, estes dois conceitos serão mais bem estudados a seguir.

### **2.1.2. A Grande Corrupção**

Segundo Miranda, a Grande Corrupção está diretamente ligada aos atos de grandes políticos que usam e abusam do seu poder para criar políticas económicas que os beneficiem, ou em casos de funcionários que ocupam cargos de alto escalão em empresas públicas e que recebe algum tipo de própria, em valores elevados, para beneficiar um empresário em determinada licitação pública (Miranda, 2018), sendo que a percepção da grande corrupção pode ter um impacto significativo na satisfação dos serviços públicos (Córdova Guzmán & Ponce, 2017).

A *Transparency International* define a Grande Corrupção como sendo o abuso de poder em benefício de poucos, e em detrimento de muitos, e aponta que as principais características estão ligadas a planos de ação sistemático e bem organizados, envolvendo funcionários públicos de alto nível que causam danos graves, e envolvem grandes quantidades de dinheiro público que são desviados para as contas de alguns indivíduos

poderosos, à custa dos cidadãos que deveriam realmente beneficiar (Transparency International, 2023b).

A Grande Corrupção pode ter consequências significativas, incluindo impactos negativos no crescimento econômico e no bem-estar social (Miranda et al., 2019), e muitas vezes também envolve o abuso ilegal de poder por parte de presidentes ou membros de suas famílias sobre empresários, políticos e funcionários públicos de alto escalão, mantendo uma estreita relação entre negócios e poder (Choi, 2018).

A Grande Corrupção também pode ser um obstáculo ao desenvolvimento e à implementação de políticas eficazes (Kenny & Soreide, 2009), e tem sido extensivamente pesquisada e analisada, principalmente em aspectos que incluem a sua prevalência no setor público (Costa et al., 2020), mostrando-se um fenômeno complexo que tem ramificações significativas em vários aspectos da sociedade, desde a satisfação com os serviços públicos até o desenvolvimento econômico e a governança eficaz.

O facto é que o impacto da Grande Corrupção nas instituições governamentais e nos processos de contratação pública tem sido objeto de análise, revelando como o favoritismo partidário na contratação pública pode ser uma manifestação de grande corrupção, levando a distorções significativas na alocação de recursos públicos (Dávid-Barrett & Fazekas, 2020). Além disso, Brown & Cloke avaliaram a relação entre a Grande Corrupção e a governação no contexto dos esforços internacionais anticorrupção, destacando as complexidades de abordar a Grande Corrupção no quadro das reformas neoliberais e das iniciativas de governação global (Brown & Cloke, 2004).

A avaliação e explicação da Grande Corrupção têm sido o foco da atenção acadêmica, que busca explicar a dinâmica e as manifestações da Grande Corrupção no tecido político e social das sociedades (Ruhl, 2011), além da interação entre esse tipo de corrupção e os sistemas democráticos, lançando luz sobre os desafios colocados ao funcionamento das instituições democráticas e ao Estado de direito (Rose-Ackerman, 1996).

Uma definição jurídica global sobre a Grande Corrupção está a ser desenvolvida pela *Transparency International* com o intuito de defender a sua utilização como base para medidas especiais de direito penal, civil e administrativo, tanto a nível nacional quanto para potenciais estruturas internacionais, o que permitirá a aplicação fora do sistema de justiça nacional quando este for “incapaz ou não quiser” fornecer informações, e assim ser possível

responsabilizar todos os envolvidos na Grande Corrupção (Transparency International, 2023b).

### **2.1.3. A Pequena Corrupção**

Embora muitas vezes negligenciada e vista como irrelevante, a Pequena Corrupção pode estar enraizada em diversos setores da sociedade, contribuindo para a perpetuação do problema e podendo ser a precursora de atos mais amplos, afetando a confiança da integridade das instituições.

Refere-se a atos de corrupção em pequena escala, muitas vezes envolvendo suborno ou práticas corruptas de baixo valor, mas com alta frequência de ocorrência. Pode ser conhecida também como Corrupção Burocrática, e está relacionada justamente aos favorecimentos na aceleração de processos lentos e burocráticos, ou seja, quando o cidadão paga alguma propina a burocratas, em presentes ou baixos valores, com o intuito de agilizar o recebimento de algum serviço, ou evitar algum tipo de fiscalização em estabelecimentos comerciais (Miranda, 2018).

A Pequena Corrupção, ou corrupção em pequena escala, é normalmente percebida como sendo menos prejudicial do que a corrupção em grande escala (Grande Corrupção), e geralmente não é vista como relevante na redução da confiança no governo (Xu & Chen, 2022), embora possa ter um impacto significativo nas atitudes das pessoas em relação a esse mesmo governo (Anderson & Tverdova, 2003).

A Pequena Corrupção tem sido objeto de estudo em diversas áreas acadêmicas, como ciência política, economia e sociologia, podendo ter impactos negativos, especialmente em países em desenvolvimento, prejudicando a modernização e aplicação de regulamentos, além de reduzir a eficácia das instituições (Sundström, 2013), e assim afetar o empreendedorismo e o desempenho econômico das micro, pequenas e médias empresas nesses países (Ezebilo et al., 2019).

A percepção da corrupção e as atitudes de risco também desempenham um papel importante no comportamento corrupto das pessoas (Mir Djawadi & Fahr, 2013), podendo ter efeitos variados em diferentes tipos de empresas, com evidências de que as pequenas

empresas podem ser mais afetadas e prejudicadas no desempenho económico (Onyeonuru et al., 2019).

A literatura também destaca a importância das atitudes individuais em relação à corrupção, destacando que, valores individualistas podem influenciar as atitudes em relação à denúncia de corrupção (Amini et al., 2022), e que a percepção da corrupção e suas consequências podem variar de acordo com o contexto cultural e social das pessoas (Walton, 2013).

## 2.2. Empreendedorismo

O conceito de "Empreendedorismo" mais aceito no ambiente acadêmico é creditado ao economista Joseph Schumpeter que ao defender sua teoria da Destruição Criativa, destacou o empreendedor como o agente central de um processo dinâmico, sendo alguém versátil, que possui as habilidades técnicas para saber produzir, e capitalistas ao reunir recursos financeiros, além de organizar as operações internas e realizar as vendas de sua empresa (Schumpeter, 1961).

A teoria da Destruição Criativa destaca a capacidade única do empreendedor de não apenas inovar, mas de introduzir inovações disruptivas que alteram fundamentalmente o panorama econômico, e sugere que o empreendedor desempenha um papel crucial na introdução de novas ideias, tecnologias e modelos de negócios, resultando na obsolescência de antigas estruturas (Schumpeter, 1961).

Ao longo dos anos novos autores, conceitos e abordagens foram surgindo, instigando empreendedores na busca por algo autenticamente inovador, no âmbito da criação de valor, sustentando que a verdadeira inovação se materializa quando empreendedores concebem algo totalmente novo, escapando da mera competição em mercados já existentes e saturados (Thiel & Masters, 2014).

Este mesmo cenário é compartilhado por outros autores que defendem a necessidade de pensar além dos limites convencionais, promovendo uma mentalidade voltada para a criação de valor exclusivo como estratégia fundamental para o sucesso em um mercado global dinâmico, se afastando das disputas em mercados saturados e limitados, e focando na exploração de mercados onde a concorrência é irrelevante, permitindo que as empresas prosperem em novas dimensões de valor (C. Kim & Mauborgne, 2005).

Assim, podemos simplificar o conceito de empreendedorismo através da definição do GEM (*Global Entrepreneurship Monitor*) como sendo “qualquer tentativa de criação de novos negócios ou de novos empreendimentos, como trabalho autônomo, uma nova organização empresarial ou a expansão de um negócio existente, por um indivíduo, uma equipe de indivíduos ou uma empresa estabelecida”(GEM, 2023b).

Os níveis de empreendedorismo nos países também podem ser mensurados através de indicadores desenvolvidos por algumas instituições internacionais, como no caso do

Relatório Global do GEM, que busca entender o comportamento e as atitudes empreendedoras, através de um inquérito com a população adulta (*Adult Population Survey - APS*) para analisar as características, motivações e ambições dos indivíduos que iniciam negócios, bem como as atitudes sociais em relação ao empreendedorismo, além também das condições do enquadramento empresarial, que através de uma pesquisa nacional de especialistas (*National Expert Survey - NES*) busca analisar o contexto nacional em que os indivíduos iniciam negócios, e assim identificar uma série de fatores determinam o quão fácil (ou difícil) é começar (GEM, 2023a).

Outra instituição internacional que coleta dados em diversos países é o *The World Bank*, que através do projeto *Entrepreneurship Database*, com dados comparáveis e transnacionais sobre o registo de empresas no período de 2006 a 2022, possui um indicador para medir a densidade de novos negócios, para assim analisar os níveis de empreendedorismo e facilitar a compreensão da dinâmica das empresas privadas em todo o mundo (The World Bank, 2023a).

### **2.2.1. Tipos de Empreendedorismo**

Já é possível encontrar na literatura inúmeras abordagens sobre diversos tipos de empreendedorismo, que podem variar de acordo com o país e a região do empreendedor, a existir variadas denominações, mas no geral, encontra-se o empreendedorismo de negócios, o corporativo ou intraempreendedorismo, o público, o social, o feminino, o formal, o informal, entre outros.

O empreendedorismo de negócios envolve a identificação e exploração de oportunidades para criar valor através de abordagens inovadoras, seja no setor público ou privado (Morais et al., 2015), e abrange sinergias inesperadas e soluções inovadoras para utilizar intensamente os recursos disponíveis com o intuito de iniciar um empreendimento (Lima et al., 2020). Além disso, as ações empreendedoras no setor público focam na constante inovação e adaptação às mudanças internas e externas, facilitando os esforços da organização para inovar e ajustar-se de forma eficiente (Filho et al., 2018).

O empreendedorismo corporativo ou intraempreendedorismo, refere-se à prática em que os funcionários de uma organização desenvolvem e implementam novas ideias, projetos ou iniciativas empreendedoras dentro do ambiente organizacional existente (Silva & Rua,

2021). O sucesso do empreendedorismo corporativo depende de fatores como as características do intraempreendedor, a posição da área de novos negócios na organização e as condições ambientais proporcionadas pela empresa (Piscopo, 2010). Além disso, a cultura intraempreendedora é essencial para estimular o desenvolvimento de práticas intraempreendedoras entre os colaboradores, exigindo um ambiente organizacional favorável que propicie a inovação e a criatividade (Finati et al., 2023).

O empreendedorismo público refere-se à aplicação de princípios e práticas empresariais no setor público para impulsionar a inovação, a eficiência e o impacto social. Envolve a busca proativa e inovadora de oportunidades para atender às necessidades públicas, melhorar os serviços públicos e criar valor público (Burgelman & Lewis, 1985). Este conceito enfatiza o papel dos indivíduos dentro das organizações públicas na identificação e busca de oportunidades, assumindo riscos e mobilizando recursos para criar soluções inovadoras para desafios públicos (Y. Kim, 2010). O empreendedorismo público é essencial para enfrentar as barreiras institucionais e impulsionar o empreendedorismo produtivo no setor público, levando a melhorias no desempenho econômico e na prestação de serviços públicos (Strow & Strow, 2018).

No caso do empreendedorismo social, ainda é difícil encontrar um conceito universal sobre o assunto, mas o que se encontra ao revisar a literatura explica que o termo está relacionado a alguma forma inovadora para melhorar a situação de segmentos da população excluída, como algum mecanismo para enfrentar a pobreza, promover o crescimento inclusivo em mercados de subsistência, desenvolver programas para capacitação, melhorar a educação, a saúde, a segurança, ou seja, é um processo ou atividade que cria valor social (Saebi et al., 2019).

O empreendedorismo feminino está relacionado à necessidade de muitas mulheres em busca de independência, autoconfiança, alívio financeiro e um estilo de vida mais equilibrado, enfrentando dificuldades e preconceitos para delinear novos processos e serem donas do próprio negócio, servindo de inspiração para tantas outras mulheres que buscam o mesmo caminho (Cardella et al., 2020).

O empreendedorismo formal refere-se à criação e operação de negócios que estão devidamente registrados e em conformidade com as regulamentações governamentais, sendo caracterizados pela legalidade e transparência das operações comerciais, contribuindo para o crescimento econômico e a geração de empregos (Siqueira et al., 2016). Instituições

formais, como direitos de propriedade e liberdade de negócios, desempenham um papel crucial na promoção e sustentação do empreendedorismo formal (Fuentelsaz et al., 2015).

Por outro lado, o empreendedorismo informal refere-se a atividades empreendedoras que ocorrem fora das estruturas regulatórias estabelecidas, muitas vezes devido a barreiras de entrada no mercado formal (Siqueira et al., 2016). Este tipo de empreendedorismo pode abranger uma grande parte dos negócios, tendo impacto significativo no Produto Interno Bruto de um país (Dias & Nassif, 2022).

Além disso, o empreendedorismo informal pode ser percebido como uma resposta à precariedade do mercado de trabalho, levando indivíduos a buscar oportunidades em atividades não reguladas por autoridades públicas (Santana & Montenegro, 2020), sendo impulsionado por necessidades de sobrevivência, cultura da informalidade e práticas sociais informais (G. Souza et al., 2019).

A corrupção e a qualidade institucional também influenciam o empreendedorismo formal e informal, com evidências de que a corrupção tem impactos negativos tanto nas empresas formalizadas quanto nas não formalizadas (Alon et al., 2017), sendo que os diversos fatores institucionais, regulatórios e educacionais acabam por moldar o ambiente em que os empreendedores operam.

### **2.3. Relação entre Pequena e Grande Corrupção com Empreendedorismo**

Na literatura encontram-se, principalmente, duas vertentes que buscam entender, de forma totalmente distinta, o impacto da corrupção nas sociedades. Enquanto uma, conhecida como “lubrificante nas engrenagens”, defende que a corrupção pode servir como um tipo de facilitador em ambientes institucionais deficientes, e em caso de instituições completamente fragmentadas, gerar efeitos positivos na eficiência do país (Méon & Weill, 2010), a outra, conhecida como teoria da “areia das engrenagens”, apoia a tese da influência destrutiva da corrupção e da economia subterrânea (ou sector informal) sobre o desenvolvimento económico e sustentável dos Estados (Hoinaru et al., 2020).

Além disso, a literatura já nos traz alguns estudos que exploram o impacto da corrupção no empreendedorismo, como abordado por (Wellalage & Thrikawala, 2021), que explora os efeitos do suborno na inovação empresarial, fornecendo provas de que a

corrupção tem um efeito mais prejudicial sobre a inovação das pequenas empresas do que sobre as grandes, lançando luz sobre as implicações económicas de práticas corruptas em setores específicos.

Lidar com a corrupção não tem uma solução única, pois o que pode funcionar em um local pode não ser eficaz em outro, além de haver na literatura diversos autores que abordam a corrupção de maneiras diferentes, estudando seus impactos em setores distintos, abrangendo uma vasta gama de perspectivas, que vão desde as dimensões económicas e organizacionais até os impactos sociais e ambientais das práticas corruptas.

A relação entre a Pequena e Grande Corrupção com o Empreendedorismo Formal e Informal é uma questão complexa que tem sido objeto de extensa investigação. O empreendedorismo, seja formal ou informal, tem demonstrado ter um impacto significativo no crescimento económico (Barros & Pereira, 2008). Este impacto é particularmente evidente no contexto das pequenas e médias empresas, que são frequentemente consideradas a espinha dorsal de muitas economias (Ferreira et al., 2012). No entanto, a relação entre empreendedorismo e corrupção não é simples. Embora alguns estudos tenham sugerido que o empreendedorismo pode funcionar como um motor do desenvolvimento económico, outros destacaram o potencial da corrupção para minar estes efeitos positivos (Melo et al., 2015).

Segundo Caldas, já foi demonstrado que a corrupção, tanto em pequena como em grande escala, tem efeitos prejudiciais no crescimento económico e na alocação eficiente de recursos (Caldas et al., 2016). Distorce a alocação de fundos públicos e pode levar a uma concentração de riqueza nas mãos de poucos, dificultando, em última análise, o desenvolvimento de um ambiente de negócios competitivo (Rodrigues et al., 2020).

Além disso, a experiência de corrupção tem sido associada a níveis mais baixos de participação política e de envolvimento democrático (Bonifácio & Fuks, 2017). Isto sugere que a corrupção não afeta somente os resultados económicos, mas também tem implicações sociais e políticas mais amplas dentro da sociedade.

A relação entre o empreendedorismo formal e informal e a corrupção é ainda mais complicada pelo papel da dimensão do governo e pela qualidade da governação. Segundo Paiva, há estudos que indicam que o tamanho do governo pode influenciar a prevalência da corrupção, sendo os governos maiores potencialmente mais suscetíveis a práticas corruptas

(Paiva et al., 2021). Além disso, a qualidade da governação, incluindo fatores como a transparência e a responsabilização, foi identificada como um determinante crítico na luta contra a corrupção (F. Souza et al., 2019).

Percebe-se com isso que a relação entre o Empreendedorismo Formal e o Informal com a Pequena e a Grande Corrupção é multifacetada e influenciada por diversos fatores, incluindo o crescimento económico, a dimensão do governo e a qualidade da governação, e embora o empreendedorismo tenha potencial para impulsionar o desenvolvimento económico, a corrupção poderá, ou não, funcionar como uma barreira significativa à concretização destes benefícios.

### 3. Hipóteses

O presente estudo tem como objetivo analisar o impacto da corrupção nos níveis de empreendedorismo de alguns países, e pretende explorar o quanto a corrupção pode facilitar ou atrapalhar o início de novos negócios. Os estudos e conclusões existentes não são unânimes sobre a corrupção ser prejudicial ou benéfica no empreendedorismo, embora exista um conjunto crescente de pesquisas, e um consenso entre muitos autores de que a corrupção pode resultar em elevados custos sociais, revelando efeitos negativos da corrupção numa variedade de indicadores económicos (Avnimelech & Zelekha, 2015), o que pode impactar diretamente nas taxas de empreendedorismo,

Enquanto algumas teorias defendem que a corrupção possa atuar como “lubrificante nas engrenagens”, e ser uma facilitadora de novos negócios em ambientes institucionais fragmentados e deficientes, outras apoiam a ideia de que a corrupção funcione como “areia nas engrenagens” (Méon & Weill, 2010), e que possui uma influência negativa e destrutiva sobre o desenvolvimento económico, principalmente no setor informal (Hoinaru et al., 2020), como foi abordado no capítulo de revisão de literatura e, portanto, propõem-se verificar as seguintes hipóteses:

**Hipótese 1:** Quanto maior o nível de grande corrupção menor o nível de empreendedorismo.

A corrupção está relacionada com o desrespeito às normas e leis estabelecidas em favor da obtenção de algum tipo de ganho pessoal (Torsello & Venard, 2016), tendo impactos significativos na economia e na sociedade, prejudicando os níveis de confiança na lei, na educação e na qualidade de vida das pessoas, além de afetar operações comerciais, emprego e investimentos, e reduzir receitas fiscais e a eficácia de programas de assistência financeira (Šumah, 2018).

Nesse sentido, e pelo facto da corrupção atuar na infração às regras, é preciso entender se essa interferência poderá ser prejudicial, ou seja, funcionar como “areia nas engrenagens”, reduzindo os níveis de empreendedorismo nos países, ou se pode ser

considerada benéfica, e atuar como um “lubrificante nas engrenagens” (Méon & Weill, 2010), contornando barreiras para aumentar e impulsionar os níveis de empreendedorismo.

Além disso, busca-se entender qual a relação do grau de corrupção nos níveis de empreendedorismo, ou seja, se a grande corrupção pode ser vista como um obstáculo ao desenvolvimento e à implementação de políticas eficazes (Kenny & Soreide, 2009), e geralmente envolve o abuso ilegal de poder por parte de grandes empresários, políticos e funcionários públicos de alto escalão (Choi, 2018), poderá também ser um obstáculo no desenvolvimento de novos negócios?

E com relação à pequena corrupção, que geralmente envolve suborno ou práticas corruptas de baixo valor, e está relacionada justamente aos favorecimentos na aceleração de processos lentos e burocráticos, com o intuito de agilizar o recebimento de algum serviço, ou evitar algum tipo de fiscalização em estabelecimentos comerciais (Miranda, 2018), ainda assim, esta poderá ser uma barreira na criação de novos empreendimentos?

**Hipótese 2:** Quanto maior o nível de pequena corrupção menor o nível de empreendedorismo.

## 4. Método

### 4.1. Amostra

Para testar as hipóteses propostas, analisámos a taxa de densidade de novos negócios (NBDR - *New Business Density Rate*) de 127 países (descritos no Anexo A), no período compreendido entre 2006 e 2022, através dos dados divulgados no relatório NEW LLC (*New Limited Liability Companies*) do *The World Bank*.

A base de dados inicial continha 178 países, mas devido à indisponibilidade de indicadores e dados específicos sobre Pequena e Grande Corrupção a amostra final precisou ser reduzida, sendo que todos os dados foram recolhidos através de fontes de informação secundárias, através dos sites e bases de dados disponíveis no *The World Bank*, e na *Transparency International*.

Os dados sobre Grande Corrupção foram recolhidos do *Corruption Perceptions Index* (CPI), divulgado pela *Transparency International* (Gründler & Potrafke, 2019), já os dados sobre Pequena Corrupção, Educação, Produto Interno Bruto, Comercio, Taxa de Desemprego e Procedimentos para iniciar uma empresa foram recolhidos em relatórios divulgados pelo *The World Bank* (Rashid et al., 2023), e a listagem de países considerados na amostra encontra-se no anexo I.

### 4.2. Variáveis

#### 4.2.1. Variável Dependente

Como variável dependente, que nos mostra a taxa de empreendedorismo, temos a *New Business Density Rate*, que é o número de empresas recém-registadas com responsabilidade limitada por cada grupo de 1.000 pessoas em idade ativa (com idades entre 15 e 64 anos), tendo os dados sido recolhidos na página do *World Bank Enterprise Survey* (Rashid et al., 2023), e serve para perceber as tendências na criação de novas empresas nos países em análise nesse estudo.

#### 4.2.2. Variáveis Independentes

Com as variáveis independentes busca-se estudar a Pequena e a Grande Corrupção nos países em que foi possível encontrar estes dados. Por ser ilegal, e estar ligada com o abuso de poder para ganho pessoal e ao desrespeito às normas e leis estabelecidas (Torsello & Venard, 2016), é difícil encontrar dados claros e objetivos para medir o grau de corrupção do país, e portanto, buscou-se indicadores de instituições internacionais renomadas e que já foram referenciados por outros autores.

A Grande Corrupção pode ser medida através do *Corruption Perceptions Index* (CPI), publicado pela *Transparency International*, por ser um índice que agrega dados de análises sobre corrupção de diversas organizações ao redor do mundo, e classifica países e territórios pelos seus níveis percebidos de corrupção no setor público, pontuando numa escala de 0 (altamente corrupto) a 100 (muito limpo) (Rubakha et al., 2023). Para facilitar a compreensão dos resultados, a escala que mede a grande corrupção foi invertida, para que 0 represente a ausência de corrupção e 100 um país altamente corrupto.

Pelo facto da Pequena Corrupção estar muitas vezes relacionada a favorecimentos na aceleração de processos lentos e burocráticos, através de práticas corruptas de suborno que envolvem baixo valor, com o intuito de agilizar o recebimento de algum serviço, ou evitar algum tipo de fiscalização em estabelecimentos comerciais (Miranda, 2018) decidiu-se por utilizar nesse estudo o indicador *Bribery Depth*, divulgado pelo *The World Bank* (Amin & Ulku, 2019), que calcula a profundidade do suborno e apresenta, numa escala de 0% a 100%, a “percentagem de casos em que se esperava ou se solicitava que uma empresa fornecesse um presente ou pagamento informal durante solicitações de serviços públicos, licenças ou autorizações” (Transparency International, 2023a).

#### 4.2.3. Variáveis de Controlo

As variáveis de controlo consideradas nesse estudo correspondem aos níveis de Educação, Produto Interno Bruto, Comércio, Taxa de Desemprego e Procedimentos para iniciar uma nova empresa, disponíveis na página do *World Bank Enterprise Survey* e que já foram utilizados em análises por outros autores (Rashid et al., 2023).

Os dados sobre Educação foram extraídos do indicador *Government expenditure on education, total (% of GDP)*, e corresponde ao total das despesas governamentais para todos os níveis de educação em relação ao PIB. Uma elevada percentagem do PIB sugere uma elevada prioridade para a educação, sendo útil para comparar as despesas com a educação ao longo do tempo (Perović et al., 2018).

O Produto Interno Bruto foi extraído do indicador *GDP - Gross Domestic Product per capita*, e corresponde a soma do valor acrescentado bruto de todos os produtores residentes na economia, dividido pela população no meio do ano (Rashid et al., 2023), sendo o GPD ainda utilizado no indicador de Comércio, o *Trade (% of GDP)*, que considera o valor agregado das importações e exportações em relação ao produto interno bruto do mesmo período. Além disso, o GPD foi transformado em logaritmo (LN) para aproximá-lo da escala numérica dos demais indicadores.

Em relação à Taxa de Desemprego, foi considerada a variável *Unemployment, total (% of total labor force) (modeled ILO estimate)*, que se refere à parcela da força de trabalho que está sem trabalho, mas disponível e à procura de emprego. A definição padrão de pessoas desempregadas está relacionada a indivíduos sem trabalho, que procuraram trabalho num período passado recente e que estão atualmente disponíveis para trabalhar (Rashid et al., 2023).

Sobre os Procedimentos para iniciar uma nova empresa, utilizou-se a variável *Procedures to register property (number)*, que considera o número de procedimentos necessários exigidos por lei para que uma empresa garanta direitos de propriedade, ou seja, adquirir um imóvel de outra empresa e transferir formalmente o título da propriedade para o nome do comprador (Rashid et al., 2023).

Considerou-se também a variável *Time required to start a business*, que busca entender quantos dias são necessários para que uma empresa possa ser aberta e esteja em pleno funcionamento (Rashid et al., 2023).

#### 4.2.4. Resumo das Variáveis

Para melhor compreender as variáveis utilizadas nesse estudo, seu significado, a fonte de onde foram recolhidos os dados, artigos e autores que utilizarão a mesma variável, elaborou-se a tabela 1, onde se apresenta um resumo de todas as variáveis utilizadas.

**Tabela 1: Resumo das Variáveis**

| Variável                | Significado                 | Fonte   | Artigo   |
|-------------------------|-----------------------------|---|--|
| Variável Dependente     | New Business Density Rate   | Taxa de densidade de novos negócios   | The World Bank (Rashid et al., 2023)                   |
| Variáveis Independentes | Grande Corrupção            | Índice de Percepção da Corrupção  | Transparency International (Gründler & Potrafke, 2019) |
|                         | Pequena Corrupção           | Profundidade do suborno   | The World Bank (Amin & Ulku, 2019)                     |
| Variáveis de Controlo   | Educação                    | Despesas com educação (em % do RNB);  | The World Bank (Rashid et al., 2023)                   |
|                         | Produto Interno Bruto (PIB) | Produto Interno Bruto dividido pela população;                                    | The World Bank (Rashid et al., 2023)                   |
|                         | Comércio                    | Comércio (em % do GDP);   | The World Bank (Rashid et al., 2023)                   |
|                         | Desemprego                  | Taxas de desemprego;  | The World Bank (Rashid et al., 2023)                   |
|                         | Procedimentos               | O número de procedimentos oficialmente exigidos para iniciar e operar formalmente | The World Bank (Rashid et al., 2023)                   |
|                         | Tempo                       | O número de dias oficialmente necessários para iniciar e operar formalmente       | The World Bank (Rashid et al., 2023)                   |

Fonte: Elaboração própria

#### 4.3. Procedimento

No intuito de analisar o impacto da Pequena Corrupção e a Grande Corrupção no empreendedorismo, realizou-se um estudo empírico e uma análise quantitativa através de dados obtidos de relatórios e análises realizadas por instituições internacionais e por outros autores, sendo-lhes aplicado o MRLM - Modelo de Regressão Linear Múltipla (ou bivariado), para analisar a relação entre a Variável Dependente (*New Business Density Rate*) e o conjunto de Variáveis Independente e de Controlo (Pestana & Gageiro, 2005).

Para que seja possível realizar a regressão é preciso respeitar alguns pressupostos, principalmente a ausência de Multicolinearidade nas variáveis que integram o modelo (Marôco, 2021), ou seja, evitar situações em que duas ou mais variáveis independentes encontram-se altamente correlacionadas, o que poderá afetar a qualidade dos resultados do modelo e dificultar a interpretação dos resultados.

Para analisar e certificar a ausência de Multicolinearidade, foi calculada a *Variance Inflation Factors* (VIF) de todas as variáveis utilizadas, onde foi possível verificar que todos os valores estão dentro dos intervalos aceitáveis, que é de 1 a 10, conforme tabela 2.

**Tabela 2: Variance Inflation Factors (VIF)**

| <b>Variáveis</b>            | <b>VIF</b> |
|-----------------------------|------------|
| Grande Corrupção            | 2,042      |
| Pequena Corrupção           | 1,705      |
| Educação                    | 1,270      |
| Produto Interno Bruto (PIB) | 1,102      |
| Comércio                    | 1,271      |
| Desemprego                  | 1,040      |
| Procedimentos               | 1,102      |
| Tempo                       | 1,130      |

Fonte: Elaboração própria

## 5. Resultados

### 5.1. Estatísticas descritivas

A média, o desvio padrão, o mínimo e o máximo observado para cada variável representam as Medidas Descritivas, e são apresentados na tabela 3. O mínimo é o valor mais baixo da amostra, enquanto o máximo represente o valor mais alto. A média é o valor que corresponde a posição central dos dados, enquanto o desvio padrão é uma medida de dispersão dos dados em relação à média, sendo que, quanto mais alto o valor do desvio padrão, mais dispersos estão os valores da amostra em relação à média (Pestana & Gageiro, 2005).

**Tabela 3: Estatística Descritiva**

| Variáveis                   | Mínimo | Máximo  | Média  | Desvio padrão |
|-----------------------------|--------|---------|--------|---------------|
| New Business Density Rate   | 0,038  | 24,319  | 3,460  | 4,325         |
| Grande Corrupção            | 12,000 | 89,000  | 56,465 | 16,963        |
| Pequena Corrupção           | 0,000  | 59,400  | 10,328 | 11,251        |
| Educação                    | 0,000  | 9,359   | 4,246  | 1,671         |
| Produto Interno Bruto (PIB) | 7,989  | 18,281  | 12,088 | 2,266         |
| Comércio                    | 24,299 | 402,509 | 93,801 | 64,951        |
| Desemprego                  | 0,226  | 28,840  | 7,277  | 5,405         |
| Procedimentos               | 1,000  | 13,610  | 5,834  | 2,149         |
| Tempo                       | 1,000  | 173,000 | 17,456 | 20,713        |

Fonte: Elaboração própria

A maior variação está no Comércio, que considera o valor agregado das importações e exportações em relação ao produto interno bruto do mesmo período, onde se encontra o mínimo em 24,299 e o máximo em 402,509. Mas a variação da Grande Corrupção também é relevante, com valor mínimo em 12,000 e máximo em 89,000, seguido pela Pequena Corrupção que inicia em 0,000 e chega ao máximo de 59,400, além de perceber grande variância no Tempo que se leva para a empresa estar em funcionamento. Isso justifica os valores elevados no desvio padrão, o que confirma a distância dos valores da amostra em relação à média (Pestana & Gageiro, 2005).

## 5.2. Análise das correlações

A análise das correlações indica se há relação, ou não, entre duas variáveis. Os valores na tabela variam entre -1 e 1, sendo que, quando o valor é 1 significa que as duas variáveis apresentam uma correlação positiva perfeita, e que quando uma das variáveis varia uma unidade, a outra variável também varia uma unidade no mesmo sentido. No entanto, quando o valor é negativo, significa que também há variação perfeita entre as duas variáveis, porém, a variação nesse caso é negativa, e segue no sentido oposto (Pestana & Gageiro, 2005).

A tabela 4 apresenta as correlações entre as variáveis utilizadas nesse estudo, e ao analisá-las, observa-se que não há nenhuma correlação considerada muito forte ou forte (grau que varia entre 0,7 e 1,0, tanto positivo quanto negativo). Para a variável *New Business Density Rate*, a variável que apresenta uma correlação positiva moderada, com grau de correlação de 0,539, é a variável Comércio. As variáveis Educação e Desemprego, embora também apresentem correlação positiva, esta é considerada desprezível, por estar abaixo de 0,3 (0,216 e 0,096 respectivamente).

Com relação às correlações negativas, a variável Grande Corrupção apresenta uma correlação moderada, com grau de correlação de -0,593. A correlação da Pequena Corrupção é considerada fraca, com grau de -0,385, enquanto Procedimentos e Produto Interno Bruto são consideradas correlações desprezíveis, com graus que correspondem a -0,180, -0,154 e -0,107, respectivamente.

Se analisar a variável Grande Corrupção e suas correlações com as demais variáveis, percebe-se uma fraca correlação negativa com o Comércio (-0,441) e com a Educação (-0,393), tendo correlações positivas e desprezíveis com quase todas as demais variáveis, exceto com a Pequena Corrupção, que possui uma correlação moderada de grau 0,582, o que demonstra que, quando uma aumenta, a outra tende a diminuir.

A análise da variável Pequena Corrupção e suas correlações com as demais variáveis, demonstra correlações fracas ou desprezíveis, com exceção da correlação com a Grande Corrupção que já foi mencionada anteriormente.

Tabela 4: Correlações das Variáveis

|                                      | 1        | 2        | 3        | 4       | 5      | 6      | 7     | 8     | 9     |
|--------------------------------------|----------|----------|----------|---------|--------|--------|-------|-------|-------|
| <b>1 New Business Density Rate</b>   | 1,000    |          |          |         |        |        |       |       |       |
| <b>2 Grande Corrupção</b>            | -0,593** | 1,000    |          |         |        |        |       |       |       |
| <b>3 Pequena Corrupção</b>           | -0,385** | 0,582**  | 1,000    |         |        |        |       |       |       |
| <b>4 Educação</b>                    | 0,216*   | -0,393** | -0,345** | 1,000   |        |        |       |       |       |
| <b>5 Produto Interno Bruto (PIB)</b> | -0,107   | 0,182*   | 0,277**  | -0,159  | 1,000  |        |       |       |       |
| <b>6 Comércio</b>                    | 0,539**  | -0,441** | -0,227*  | 0,054   | -0,095 | 1,000  |       |       |       |
| <b>7 Desemprego</b>                  | 0,096    | 0,038    | -0,045   | 0,115   | -0,106 | -0,014 | 1,000 |       |       |
| <b>8 Procedimentos</b>               | -0,154   | 0,289**  | 0,218*   | -0,075  | 0,035  | -0,132 | 0,043 | 1,000 |       |
| <b>9 Tempo</b>                       | -0,180*  | 0,233**  | 0,319**  | -0,175* | 0,129  | -0,061 | 0,038 | 0,105 | 1,000 |

\*\*A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

\*A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Fonte: Elaboração própria

### 5.3. Testes de Hipóteses

Foram testados quatro modelos para confirmar ou refutar as hipóteses levantadas nesta dissertação, e os resultados dessa regressão são apresentados na tabela 5. No modelo 1 foram analisadas somente as variáveis de controlo em relação a taxa de empreendedorismo. No modelo 2 foi incluída a variável da Grande Corrupção, com o intuito de testar a 1º hipótese, enquanto no modelo 3 a variável foi substituída pela Pequena Corrupção, para testar a 2º hipótese. Já o modelo 4 é o completo, onde se analisa, em simultâneo, o impacto da Grande e da Pequena Corrupção na taxa de empreendedorismo, tendo um “R quadrado” de 46%.

**Tabela 5: Resultado da Regressão**

| Variáveis                   | Modelo 1 | Modelo 2  | Modelo 3 | Modelo 4  |
|-----------------------------|----------|-----------|----------|-----------|
| Grande Corrupção            | -----    | -0,437*** | -----    | -0,409*** |
| Pequena Corrupção           | -----    | -----     | -0,220** | -0,060    |
| Educação                    | 0,151**  | 0,006     | 0,095    | 0,000     |
| Produto Interno Bruto (PIB) | -0,006   | 0,027     | 0,034    | 0,036     |
| Comércio                    | 0,516*** | 0,349***  | 0,480*** | 0,350***  |
| Desemprego                  | 0,092    | 0,121*    | 0,089    | 0,118**   |
| Procedimentos               | -0,066   | 0,020     | -0,033   | 0,023     |
| Tempo                       | -0,118   | -0,067    | -0,069   | -0,057    |
| R quadrado                  | 0,351    | 0,466     | 0,386    | 0,468     |
| n                           | 127      | 127       | 127      | 127       |

Nota: \*  $p < 0,10$  \*\*  $p < 0,05$  \*\*\*  $p < 0,01$

Fonte: Elaboração própria

Ao analisar o modelo 2, verificou-se um coeficiente negativo com valor de -0,437, além de ser estatisticamente significativo, pois a significância é inferior a 0,01. Dessa forma, é possível afirmar que a Grande Corrupção tem um impacto negativo, ou seja, quando essa aumenta, a taxa de empreendedorismo tende a diminuir, o que comprova a 1º hipótese. O coeficiente negativo também se verificou na análise do modelo 3, com valor de -0,220, que também é estatisticamente significativo, porém, ao nível 0,05. Assim, é possível afirmar que

a Pequena Corrupção também tem um impacto negativo na taxa de empreendedorismo, ou seja, quanto maior o nível de Pequena Corrupção, menor o nível de empreendedorismo, o que comprova a 2ª hipótese. Isso confirma a teoria defendida por alguns autores, de que a corrupção seria a “areia nas engrenagens”, a dificultar o empreendedorismo (Méon & Weill, 2010).

Já no modelo 4 foi analisado o impacto conjunto da Grande e da Pequena Corrupção nas taxas de empreendedorismo, sendo possível concluir que, embora em intensidades diferentes, estas duas variáveis apresentam impactos negativos, comprovando que, independentemente da Corrupção ser Grande ou Pequena, a taxa de empreendedorismo será sempre impactada negativamente.

## 6. Discussão

Essa tese tem como objetivo ajudar a avançar no estudo do impacto da Grande Corrupção ou da Pequena Corrupção no empreendedorismo, e busca entender, através das análises quantitativas, se a corrupção pode servir como um tipo de facilitador em ambientes institucionais deficientes e gerar efeitos positivos na eficiência do país (Méon & Weill, 2010), ou se a corrupção é uma influência destrutiva sobre o desenvolvimento económico e sustentável dos Estados (Hoinaru et al., 2020).

Na literatura encontram-se alguns tipos e conceitos de corrupção, entre elas as mais conhecidas que são Corrupção Passiva e Corrupção Ativa, mas a Pequena Corrupção e Grande Corrupção também tem tido seu destaque, e se diferem na escala e no impacto das praticas corruptas, pois enquanto a primeira envolve suborno, extorsão ou favorecimento em transações cotidianas, a segunda abrange esquemas de corrupção em larga escala que afetam instituições governamentais, contratos públicos e políticas de alto nível (Méon & Weill, 2010).

Embora haja alguns trabalhos que buscam entender a relação entre corrupção e empreendedorismo, e existam duas vertentes principais para justificar essa relação e seus impactos nas sociedades, seja a corrupção vista como “lubrificante nas engrenagens” ou como “areia nas engrenagens” (Méon & Weill, 2010), percebe-se ainda que não há um consenso sobre a corrupção ser prejudicial ou benéfica no empreendedorismo.

Buscou-se testar a vertente da “areia nas engrenagens” aplicada em duas hipóteses. Na primeira, quanto maior o nível de Grande Corrupção menor o nível de empreendedorismo, enquanto na segunda, quanto maior o nível de pequena corrupção menor o nível de empreendedorismo. Nota-se que a ideia inicial das duas hipóteses era testar o efeito negativo da corrupção no empreendedorismo, tanto a Pequena Corrupção quanto a Grande Corrupção.

Na análise efetuada a 127 países, concluiu-se que, tanto a Grande quanto a Pequena Corrupção apresenta uma correlação negativa com a taxa de empreendedorismo, sendo essa correlação considerada moderada no caso da Grande, e fraca no caso da Pequena, mas comprova que, quando o nível de Corrupção aumenta, tende a diminuir os níveis de

empreendedorismo, podendo ser vista como prejudicial aos novos empreendimentos (Méon & Weill, 2010), o que confirma as duas hipóteses.

Dessa forma, embora seja difícil encontrar dados claros e objetivos para medir o real impacto da corrupção nos países, essa dissertação busca contribuir para a ideia de que, com base nos dados estudados, independentemente do grau (seja Grande ou Pequena), a Corrupção tende a ser a “areia nas engrenagens” dos novos negócios.

### **6.1. Contributo**

A presente dissertação contribui para a literatura existente ao apresentar resultados quantitativos de que a Grande Corrupção e a Pequena Corrupção, embora não tenham fortes impactos comprovados, apresentam sim impactos negativos nos níveis de empreendedorismo.

### **6.2. Contribuições para a prática**

A presente dissertação permite contribuir como outras pesquisas, ao analisar se o impacto da corrupção pode ou não ser benéfico no empreendedorismo, o que poderá ser utilizado por empreendedores que pretendam iniciar um novo negócio em algum dos países analisados nesse estudo, ou por outros autores que, segundo a literatura, discutem estratégias do sector público para reduzir a corrupção, enfatizando o papel da boa governação e de instituições sólidas no combate às práticas corruptas (Ceschel et al., 2022).

### **6.3. Limitações e sugestões de pesquisa futura**

Para a análise da Pequena Corrupção foi utilizada a variável *Bribery Depth*, que calcula a profundidade do suborno e apresenta a “percentagem de casos em que se esperava ou se solicitava que uma empresa fornecesse um presente ou pagamento informal durante solicitações de serviços públicos, licenças ou autorizações” (Transparency International, 2023a), mas sabe-se que a Pequena Corrupção é mais do que isso, pois está relacionada aos favorecimentos, aos presentes ou baixos valores, com o intuito de agilizar o recebimento de algum serviço, ou evitar algum tipo de fiscalização (Miranda, 2018).

Além disso, os dados existentes para calcular essa “profundidade do suborno”, em muitos dos casos, estão desatualizados ou não existem. Da lista inicial de 184 países com taxa de densidade de novos negócios, obtida no site do *The World Bank*, 33 deles não possuíam dados sobre essa pequena corrupção. Havia países, como Botswana, cujo último dado era de 2006, mas também havia países, como o Brasil, com dados de 2009.

Também se encontrou problemas nas variáveis de controle, que não possuíam dados suficientes para diversos casos, o que obrigou a redução no número de países para os 127 considerados nesse estudo. Assim foi possível realizar as análises estatísticas com dados válidos em todas as variáveis, mas sabendo que, na realidade, seja provável que existam diferenças significativas que possa colocar em causa as conclusões dessa dissertação.

Outra limitação encontrada nessa dissertação está relacionada ao empreendedorismo (NBDR - *New Business Density Rate*), que para que fosse possível obter um número suficiente de dados para se trabalhar, fez-se necessário a utilização de observações de vários anos, dentro do período compreendido entre 2006 e 2022. Pelo facto de, ao longo desses anos terem ocorrido diversos eventos de impactos mundiais, como guerras, conflitos e a pandemia, é possível que tais fatores tenham interferido e impactado diretamente os dados, influenciando diretamente o resultado da análise efetuada.

Para estudos futuros, sugere-se a separação das análises por períodos, e assim utilizar dados mais recentes para os países que o tiverem. Sugere-se ainda, nessa análise por período, realizar os estudos para o mesmo grupo de países em períodos diferentes. Essa análise poderá mostrar a evolução do impacto da corrupção, seja ela pequena ou grande, nos níveis de empreendedorismo de cada um desses países.

## 7. Conclusão

Os resultados encontrados da relação entre corrupção e níveis de empreendedorismo em 127 países, revelaram que tanto a Grande Corrupção quanto a Pequena Corrupção tende a prejudicar os níveis de empreendedorismo. Essa dinâmica complexa entre corrupção e empreendedorismo destaca a necessidade de uma abordagem mais refinada ao lidar com questões de integridade e desenvolvimento econômico.

A corrupção pode distorcer o ambiente de negócios, criando barreiras para empreendedores que buscam iniciar ou expandir seus negócios. A pequena corrupção que pode ser apresentada como o uso de subornos, propinas e outros tipos de corrupção podem aumentar os custos de entrada e operação para os empreendedores, dificultando sua capacidade de competir de maneira justa no mercado.

A importância desse tema é notória, pois a corrupção afeta diretamente a capacidade dos empreendedores de operar em um ambiente justo e equitativo. Contudo ainda não é claro os mecanismos pelos quais a corrupção impacta o empreendedorismo, sendo necessário novos estudos que considerem variáveis adicionais e contextos específicos.

Compreender a relação entre empreendedorismo e corrupção é fundamental para entender o desenvolvimento econômico e social de um país, e também para desenvolver políticas eficazes que promovam um ambiente empreendedor justo, transparente e propício ao crescimento sustentável.

## Referências Bibliográficas

- Alon, I., Jimenez, A., Puche Regaliza, J. C., & Jiménez Eguizábal, J. A. (2017). Political discretion and corruption: the impact of institutional quality on formal and informal entrepreneurship. *European J. of International Management*, 11(3), 280. <https://doi.org/10.1504/EJIM.2017.10004232>
- Amin, M., & Ulku, H. (2019). *Corruption, Regulatory Burden and Firm Productivity*. <http://www.worldbank.org/prwp>.
- Amini, C., Douarin, E., & Hinks, T. (2022). Individualism and attitudes towards reporting corruption: evidence from post-communist economies. *Journal of Institutional Economics*, 18(1), 85–100. <https://doi.org/10.1017/S1744137420000648>
- Anderson, C. J., & Tverdova, Y. V. (2003). Corruption, Political Allegiances, and Attitudes Toward Government in Contemporary Democracies. *American Journal of Political Science*, 47(1), 91–109. <https://doi.org/10.1111/1540-5907.00007>
- Avnimelech, G., & Zelekha, Y. (2015). The Impact of Corruption on Entrepreneurship. *Economics: Concepts, Methodologies, Tools, and Applications*, 981–993. <https://doi.org/10.4018/978-1-4666-8468-3.ch053>
- Barros, A. A. de, & Pereira, C. M. M. de A. (2008). Empreendedorismo e crescimento econômico: uma análise empírica. *Revista de Administração Contemporânea*, 12(4), 975–993. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552008000400005>
- Bertrand, O., Betschinger, M., & Laamanen, T. (2019). Effects of subnational regional corruption on growth strategies in emerging economies: Evidence from Russian domestic and international M&A activity. *Global Strategy Journal*, 9(2), 303–332. <https://doi.org/10.1002/gsj.1204>
- Bonifácio, R., & Fuks, M. (2017). Desvendando a relação entre corrupção e participação política na América Latina: diagnóstico e impactos da exposição a atos corruptos sobre a participação política. *Revista de Sociologia e Política*, 25(63), 27–52. <https://doi.org/10.1590/1678-987317256302>
- Brown, E., & Cloke, J. (2004). Neoliberal Reform, Governance and Corruption in the South: Assessing the International Anti-Corruption Crusade. *Antipode*, 36(2), 272–294. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8330.2004.00406.x>
- Burgelman, R. A., & Lewis, E. (1985). Public Entrepreneurship: Toward a Theory of Bureaucratic Political Power. *Administrative Science Quarterly*, 30(4), 594. <https://doi.org/10.2307/2392700>

- Caldas, O. V., Costa, C. M., & Pagliarussi, M. S. (2016). Corrupção e composição dos gastos governamentais: evidências a partir do Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos da Controladoria-Geral da União. *Revista de Administração Pública*, 50(2), 237–264. <https://doi.org/10.1590/0034-7612140185>
- Cardella, G. M., Hernández-Sánchez, B. R., & Sánchez-García, J. C. (2020). Women Entrepreneurship: A Systematic Review to Outline the Boundaries of Scientific Literature. *Frontiers in Psychology*, 11. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.01557>
- Ceschel, F., Hinna, A., & Homberg, F. (2022). Public Sector Strategies in Curbing Corruption: A Review of the Literature. *Public Organization Review*, 22(3), 571–591. <https://doi.org/10.1007/s11115-022-00639-4>
- Choi, J.-W. (2018). Corruption control and prevention in the Korean government. *Asian Education and Development Studies*, 7(3), 303–314. <https://doi.org/10.1108/AEDS-11-2017-0111>
- Córdova Guzmán, J., & Ponce, A. F. (2017). Los tipos de corrupción y la satisfacción con los servicios públicos. Evidencia del caso mexicano. *Región y Sociedad*, 29(70). <https://doi.org/10.22198/rys.2017.70.a344>
- Costa, C. L. de O., Cunha, D. de O. da, Bezerra, L. F., Oliveira, F. L. de, Vale Júnior, J. S. do, & Severiano Junior, E. (2020). A corrupção no setor público brasileiro. *Research, Society and Development*, 9(10), e5939109056. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i10.9056>
- Dávid-Barrett, E., & Fazekas, M. (2020). Grand corruption and government change: an analysis of partisan favoritism in public procurement. *European Journal on Criminal Policy and Research*, 26(4), 411–430. <https://doi.org/10.1007/s10610-019-09416-4>
- Dias, L. de S., & Nassif, V. M. J. (2022). O empreendedor de artes marciais: entre a effectuation e o medo, a luta para empreender. *Revista Da Micro e Pequena Empresa*, 91–113. <https://doi.org/10.48099/1982-2537/2022v16n2p91113>
- Ezebilo, E. E., Odhuno, F., & Kavan, P. (2019). The Perceived Impact of Public Sector Corruption on Economic Performance of Micro, Small, and Medium Enterprises in a Developing Country. *Economies*, 7(3), 89. <https://doi.org/10.3390/economies7030089>
- Ferreira, L. F. F., Oliva, F. L., Santos, S. A. dos, Grisi, C. C. de H. e, & Lima, A. C. (2012). Análise quantitativa sobre a mortalidade precoce de micro e pequenas empresas da cidade de São Paulo. *Gestão & Produção*, 19(4), 811–823. <https://doi.org/10.1590/S0104-530X2012000400011>

- Filho, E. C., Gomes, M. A. de A., & Teixeira, R. M. (2018). Ações empreendedoras inovadoras no setor público. *Revista Brasileira de Gestão e Inovação*, 5(2), 1–29. <https://doi.org/10.18226/23190639.v5n2.01>
- Finati, C., Ganassin Rosa, J., Alemsan, N., M. Franzoni, A., & Perassi, R. (2023, February 15). *Cultura intraempreendedora: um estudo sobre as práticas organizacionais que condicionam o intraempreendedorismo*. <https://doi.org/10.48090/ciki.v1i1.1355>
- Fuentelsaz, L., González, C., Maicas, J. P., & Montero, J. (2015). How different formal institutions affect opportunity and necessity entrepreneurship. *BRQ Business Research Quarterly*, 18(4), 246–258. <https://doi.org/10.1016/j.brq.2015.02.001>
- Galang, R. M. N. (2012). Victim or Victimizer: Firm Responses to Government Corruption. *Journal of Management Studies*, 49(2), 429–462. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6486.2010.00989.x>
- GEM. (2023a). *GEM Consortium Data*. GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. <https://www.gemconsortium.org/data>
- GEM. (2023b, December 15). *How GEM defines entrepreneurship*. GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR.
- Glova, J., Bernatik, W., & Tulai, O. (2020). Determinant Effects of Political and Economic Factors on Country Risk: An Evidence from the EU Countries. *Montenegrin Journal of Economics*, 16(1), 37–53. <https://doi.org/10.14254/1800-5845/2020.16-1.3>
- Gründler, K., & Potrafke, N. (2019). Corruption and economic growth: New empirical evidence. *European Journal of Political Economy*, 60, 101810. <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2019.08.001>
- Hoinaru, R., Buda, D., Borlea, S. N., Văidean, V. L., & Achim, M. V. (2020). The Impact of Corruption and Shadow Economy on the Economic and Sustainable Development. Do They “Sand the Wheels” or “Grease the Wheels”? *Sustainability*, 12(2), 481. <https://doi.org/10.3390/su12020481>
- Kenny, C., & Soreide, T. (2009). *Grand Corruption In Utilities*. The World Bank. <https://doi.org/10.1596/1813-9450-4805>
- Kim, C., & Mauborgne, R. (2005). A Estratégia do Oceano Azul. In *Harvard Business School Press* (Vol. 1). Elsevier Editora.
- Kim, Y. (2010). Stimulating Entrepreneurial Practices in the Public Sector. *Administration & Society*, 42(7), 780–814. <https://doi.org/10.1177/0095399710377432>

- Lima, E., Nelson, R., & Almeida Lopes, R. M. (2020, May). Inesperadas sinergias e o sub-ótimo: bricolagem e efetuação no empreendedorismo de estilo de vida. *Anais Do XI EGEPE - Encontro de Estudos Sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*. <https://doi.org/10.14211/xi-egepe-118160>
- Marôco, J. (2021). *Análise Estatística com o SPSS Statistics* (8ª, Vol. 18). ReportNumber. <http://id.bnportugal.gov.pt/bib/bibnacional/2068652>
- Melo, F. L. N. B. de, Sampaio, L. M. B., & Oliveira, R. L. de. (2015). Corrupção Burocrática e Empreendedorismo: Uma Análise Empírica dos Estados Brasileiros. *Revista de Administração Contemporânea*, 19(3), 374–397. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac20151611>
- Méon, P.-G., & Weill, L. (2010). Is Corruption an Efficient Grease? *World Development*, 38(3), 244–259. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2009.06.004>
- Mir Djawadi, B., & Fahr, R. (2013). The Impact of Risk Perception and Risk Attitudes on Corrupt Behavior: Evidence from a Petty Corruption Experiment. In *IZA Discussion Paper No. 7383* (pp. 1–38). <https://doi.org/10.2139/ssrn.2266810>
- Miranda, R. L. de, França, G. A., & Hein, N. (2019). Desvendando a Influência Da Percepção De Corrução Sobre O Progresso Social De 133 Países Do Globo Terrestre. *Revista De Administração E Negócios Da Amazônia*. <https://doi.org/10.18361/2176-8366/rara.v11n2p1-15>
- Miranda, L. F. (2018). Unificando os conceitos de corrupção: uma abordagem através da nova metodologia dos conceitos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 25, 237–272. <https://doi.org/10.1590/0103-335220182507>
- Morais, M. C. A., Valadares, J. L., Emmendoerfer, M., & Tonelli, D. (2015). Polissemias do empreendedorismo no setor público. *REGPEPE - Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*, 4(1). <https://doi.org/10.14211/41200>
- Onyeonoru, I. P., Omolawal, S. A., & Okunola, R. A. (2019). Types of Corruption in Small and Micro Enterprises (SMEs) in Ibadan, Nigeria. *The Nigerian Journal of Sociology and Anthropology*, 17(2), 128–141. [https://doi.org/10.36108/NJSA/9102/71\(0290\)](https://doi.org/10.36108/NJSA/9102/71(0290))
- Paiva, M. E. R., Ribeiro, L. L., & Gomes, J. W. F. (2021). O tamanho do governo aumenta a corrupção? Uma análise para os municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*, 55(2), 272–291. <https://doi.org/10.1590/0034-761220200690>
- Perović, L. M., Golem, S., & Kosor, M. M. (2018). The Impact of Education Expenditures on Growth in the EU28 – A Spatial Econometric Perspective. *Acta Oeconomica*. <https://doi.org/10.1556/032.2018.68.2.5>

- Pestana, M. H., & Gageiro, J. N. (2005). *Análise de Dados para Ciências Sociais - A Complementaridade do SPSS* (4ª Edição). Edições Sílabo.
- Piscopo, M. R. (2010). Empreendedorismo corporativo e competitividade em empresas de base tecnológica. *Revista de Administração e Inovação*, 7(1), 131–150. <https://doi.org/10.5585/rai.v7i1.254>
- Rashid, S. A., Masron, T. A., & Malim, N. A. K. (2023). The effect of corruption on entrepreneurship in the presence of weak regulatory quality: Evidence from developing countries. *Socio-Economic Planning Sciences*, 86. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.seps.2022.101476>
- República Portuguesa. (2021a). *Lei n.º 20/2008*. Ministério Público. [https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=983&tabela=leis](https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=983&tabela=leis)
- República Portuguesa. (2021b, July 16). *Lei n.º 34/1987*. Ministério Público. [https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=281&tabela=leis](https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=281&tabela=leis)
- República Portuguesa. (2023, January 17). *Código Penal - CP - Decreto-Lei n.º 48/1995*. Ministério Público. [https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?artigo\\_id=109A0373&nid=109&tabela=leis&pagina=1&ficha=1&so\\_miolo=&nversao=](https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=109A0373&nid=109&tabela=leis&pagina=1&ficha=1&so_miolo=&nversao=)
- Rodrigues, I. V. F., Jung, A. T. F., & Murtinho, M. N. (2020). Corrupção e Economia: análise da influência do índice de percepção da corrupção sobre o crescimento econômico, a dívida pública e a taxa de desemprego. *Desenvolvimento Socioeconômico Em Debate*, 6(2), 117. <https://doi.org/10.18616/rdsd.v6i2.5939>
- Rose-Ackerman, S. (1996). Democracy and ‘grand’ corruption. *International Social Science Journal*, 48(149), 365–380. <https://doi.org/10.1111/1468-2451.00038>
- Rubakha, M., Tkachyk, L., & Horodniak, I. (2023). Modeling the Impact of Macroeconomic Indicators on the Corruption Perceptions Index: Example of Ukraine, Bulgaria, and Georgia. *Regional Science Policy & Practice*. <https://doi.org/10.1111/rsp3.12691>
- Ruhl, J. M. (2011). Political Corruption in Central America: Assessment and Explanation. *Latin American Politics and Society*, 53(01), 33–58. <https://doi.org/10.1111/j.1548-2456.2011.00108.x>
- Saebi, T., Foss, N. J., & Linder, S. (2019). Social Entrepreneurship Research: Past Achievements and Future Promises. *Journal of Management*, 45(1), 70–95. <https://doi.org/10.1177/0149206318793196>
- Saha, S., & Sen, K. (2023). Do economic and political crises lead to corruption? The role of institutions. *Economic Modelling*, 124, 106307. <https://doi.org/10.1016/j.econmod.2023.106307>

- Santana, R. T., & Montenegro, L. M. (2020). Empreendedorismo Informal Digital e Social Commerce no Nordeste brasileiro: Um Modelo de Negócios no Instagram. *Economia & Região*, 8(2), 129. <https://doi.org/10.5433/2317-627X.2020v8n2p129>
- Schumpeter, J. A. (1961). Capitalismo, Socialismo e Democracia. In *Harper & Brothers*. Editora Fundo de Cultura.
- Senado Federal. (2023). *Código Penal - CP - Decreto-Lei n.º 2.848/1940* (Senado Federal, Ed.; 6º). 2023. [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/608973/Codigo\\_penal\\_6ed.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/608973/Codigo_penal_6ed.pdf?sequence=1&isAllowed=y)
- Silva, T., & Rua, O. (2021). Relacionando Liderança Transformacional: Estudo Empírico do Setor Tecnológico Português. *E3 - Revista de Economia, Empresas e Empreendedores Na CPLP*, 7(1), 125–146. <https://doi.org/10.29073/e3.v7i1.355>
- Siqueira, A. C. O., Webb, J. W., & Bruton, G. D. (2016). Informal Entrepreneurship and Industry Conditions. *Entrepreneurship Theory and Practice*. <https://doi.org/10.1111/etap.12115>
- Souza, F., Silva, S., & Gomes, A. (2019). Corrupção no Setor Público: Agenda de Pesquisa e Principais Debates a Partir da Literatura Internacional. *Administração Pública e Gestão Social*, 11, 1–18. <https://doi.org/10.21118/apgs.v11i3.5640>
- Souza, G., Esteves, G. G., Coelho, J., & Lima, N. (2019). Disposições Valorativas entre Empreendedores Informais Brasileiros. *Revista de Administração Da UFSM*, 11, 1030. <https://doi.org/10.5902/1983465919401>
- Strow, B., & Strow, C. (2018). Institutional barriers to productive public-sector entrepreneurship. *Journal of Entrepreneurship and Public Policy*, 7(4), 306–319. <https://doi.org/10.1108/JEPP-D-18-00040>
- Šumah, Š. (2018). Corruption, Causes and Consequences. In *Trade and Global Market*. InTech. <https://doi.org/10.5772/intechopen.72953>
- Sundström, A. (2013). Corruption in the Commons: Why Bribery Hampers Enforcement of Environmental Regulations in South African Fisheries. *International Journal of the Commons*. <https://doi.org/10.18352/bmgn-lchr.370>
- The World Bank. (2023a). *Entrepreneurship Database*. The World Bank. <https://www.worldbank.org/en/programs/entrepreneurship/methodology>
- The World Bank. (2023b, December 10). *Worldwide Governance Indicators (WGI)*. The World Bank.



## Anexos

### Anexo A – Lista de Países da Amostra

|    |                          |    |                      |
|----|--------------------------|----|----------------------|
| 1  | Afghanistan              | 33 | Denmark              |
| 2  | Albania                  | 34 | Djibouti             |
| 3  | Angola                   | 35 | Dominican Republic   |
| 4  | Argentina                | 36 | Egypt, Arab Rep.     |
| 5  | Armenia                  | 37 | El Salvador          |
| 6  | Austria                  | 38 | Estonia              |
| 7  | Azerbaijan               | 39 | Eswatini             |
| 8  | Bangladesh               | 40 | Ethiopia             |
| 9  | Barbados                 | 41 | Fiji                 |
| 10 | Belarus                  | 42 | Finland              |
| 11 | Belgium                  | 43 | France               |
| 12 | Benin                    | 44 | Gabon                |
| 13 | Bhutan                   | 45 | Georgia              |
| 14 | Bolivia                  | 46 | Germany              |
| 15 | Bosnia and Herzegovina   | 47 | Ghana                |
| 16 | Botswana                 | 48 | Greece               |
| 17 | Brazil                   | 49 | Guatemala            |
| 18 | Bulgaria                 | 50 | Guinea               |
| 19 | Burkina Faso             | 51 | Guyana               |
| 20 | Cabo Verde               | 52 | Honduras             |
| 21 | Cambodia                 | 53 | Hong Kong SAR, China |
| 22 | Central African Republic | 54 | Hungary              |
| 23 | Chad                     | 55 | India                |
| 24 | Chile                    | 56 | Indonesia            |
| 25 | China                    | 57 | Iraq                 |
| 26 | Colombia                 | 58 | Ireland              |
| 27 | Congo, Dem. Rep.         | 59 | Israel               |
| 28 | Costa Rica               | 60 | Italy                |
| 29 | Côte d'Ivoire            | 61 | Jamaica              |
| 30 | Croatia                  | 62 | Jordan               |
| 31 | Cyprus                   | 63 | Kazakhstan           |
| 32 | Czechia                  | 64 | Kenya                |

---

|    |                  |     |                 |
|----|------------------|-----|-----------------|
| 65 | Kyrgyz Republic  | 97  | Romania         |
| 66 | Lao PDR          | 98  | Russian         |
| 67 | Latvia           | 99  | Rwanda          |
| 68 | Lesotho          | 100 | Saudi Arabia    |
| 69 | Lithuania        | 101 | Senegal         |
| 70 | Luxembourg       | 102 | Serbia          |
| 71 | Madagascar       | 103 | Sierra Leone    |
| 72 | Malaysia         | 104 | Singapore       |
| 73 | Mali             | 105 | Slovak Republic |
| 74 | Malta            | 106 | Slovenia        |
| 75 | Mauritania       | 107 | Solomon Islands |
| 76 | Mauritius        | 108 | South Africa    |
| 77 | Mexico           | 109 | South Sudan     |
| 78 | Moldova          | 110 | Spain           |
| 79 | Mongolia         | 111 | Sri Lanka       |
| 80 | Montenegro       | 112 | Suriname        |
| 81 | Morocco          | 113 | Sweden          |
| 82 | Namibia          | 114 | Tajikistan      |
| 83 | Nepal            | 115 | Tanzania        |
| 84 | Nepal            | 116 | Thailand        |
| 85 | Netherlands      | 117 | Togo            |
| 86 | Niger            | 118 | Tunisia         |
| 87 | Nigeria          | 119 | Turkey          |
| 88 | North Macedonia  | 120 | Uganda          |
| 89 | Pakistan         | 121 | Ukraine         |
| 90 | Panama           | 122 | Uruguay         |
| 91 | Papua New Guinea | 123 | Uzbekistan      |
| 92 | Paraguay         | 124 | Vanuatu         |
| 93 | Peru             | 125 | Vietnam         |
| 94 | Philippines      | 126 | Zambia          |
| 95 | Poland           | 127 | Zimbabwe        |
| 96 | Portugal         |     |                 |